



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 77/X/4.<sup>a</sup>

Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze horas e trinta minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 76;
2. Apreciação dos Pareceres relativos às seguintes iniciativas:
  - Projecto de Lei n.º 297/X (PCP), que estabelece o regime jurídico da segurança social dos trabalhadores das pedreiras, antecipando a idade de acesso à pensão por velhice - Deputada Autora do Parecer: Sónia Fertuzinhos (PS);
  - Projecto de Lei n.º 619/X (BE), que estabelece a pensão de reforma por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização - Deputado Autor do Parecer: Adão Silva (PSD);
3. Apreciação de Relatórios de Audiências concedidas pelo Grupo de Trabalho das Audiências;
4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 548/X/4<sup>a</sup> - Solicita que seja criada legislação que estabeleça maior equidade de direitos perante a ADSE entre mestrandos com licenciatura integrada e mestrandos licenciados, e nomeação de Deputado Relator (PS);
5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer (CDS-PP) para o Projecto de Lei n.º 637/X (PS), que aprova o Estatuto do Profissional de Enologia;
6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer (PSD) sobre a "Conta Geral do Estado 2007" a apresentar à Comissão de Orçamento e Finanças até ao próximo dia 20 de Fevereiro;
7. Apreciação e votação de Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP;
8. Metodologia e calendarização da Audição conjunta com a 8.<sup>a</sup> Comissão sobre o processo de Bolonha e a atribuição de título profissional de engenheiro;



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9. Nomeação de Deputado(s) Relator(es) para a Convenção n.º 187 e para a Recomendação n.º 197 da Organização Internacional do Trabalho, relativas ao quadro promocional para a segurança e a saúde no trabalho; para a Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006, adoptada na 94.ª Conferência Internacional do Trabalho e para a Recomendação n.º 198 da Organização Internacional do Trabalho relativa à relação de trabalho;
10. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arménio Santos (PSD), iniciou a reunião submetendo a apreciação e votação a Acta número setenta e seis, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) tomou a palavra para solicitar que fosse antecipado o ponto cinco da Ordem de Trabalhos, dado que teria de se ausentar devido a trabalho político. Não tendo nenhum membro da Comissão se pronunciado em sentido contrário, foi o quinto ponto da Ordem de Trabalhos antecipado e foi designado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) como responsável pela elaboração do Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 637/X (PS), que aprova o Estatuto do Profissional de Enologia.

Foi então retomada a Ordem de Trabalhos com a apresentação do Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 297/X (PCP), que estabelece o regime jurídico da segurança social dos trabalhadores das pedreiras, antecipando a idade de acesso à pensão por velhice, pela Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS). Logo de seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão submeteu a votação os pontos I e III do parecer, nos termos regimentais, que foram aprovados por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) para apresentar o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 619/X (BE), que estabelece a pensão de reforma



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização. Após a apresentação, os pontos I e III foram submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra para referir que sobre esta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei, que visa a protecção das carreiras contributivas longas garantindo o direito a uma reforma sem penalizações, que deu entrada no dia 16 de Janeiro de 2009 e está agendado para discussão na generalidade no dia 23 de Janeiro de 2009, conjuntamente com o Projecto de Lei n.º 619/X.

No ponto três da Ordem de Trabalhos foram apreciados os relatórios de audiências concedidas, pelo Grupo de Trabalho das Audiências, em três de Dezembro de 2008, à ACPEEP (Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular) e ao Senhor Américo Manuel da Silva Lourenço. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu, a propósito destas audiências, que foram solicitados esclarecimentos ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social relativamente às questões levantadas na primeira audiência e ao Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal sobre a segunda audiência.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos foi apreciada a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 548/X/4ª, que solicita que seja criada legislação que estabeleça maior equidade de direitos perante a ADSE entre mestrandos com licenciatura integrada e mestrandos licenciados. Estando o objecto da petição bem especificado e estando presentes os requisitos formais e de tramitação constantes na Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto (Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, alterada pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março, e pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho) foi a referida petição admitida e nomeada Relatora, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS).

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos foi designado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) para elaborar o Parecer relativo à "Conta Geral do Estado 2007".

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, no qual se pretende que a 11ª Comissão solicite informações ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social sobre a situação do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. De facto, já por diversas vezes este Grupo



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Parlamentar solicitou esclarecimentos a S. Exa. o Ministro do Trabalho e da Segurança Social sobre esta matéria, nomeadamente aquando da sua última audição nesta Comissão. No entanto, recentes notícias veiculadas pela imprensa de que teria existido um retorno negativo na ordem dos 3,73%, tornam ainda mais premente esclarecimentos sobre os investimentos do Fundo, mormente aqueles que o foram em carteiras de acções no mercado dos Estados Unidos da América. Solicita-se ainda que esta Comissão seja esclarecida sobre as medidas tomadas para corrigir os maus resultados referidos.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para referir que aquando da audição de S. Exa. o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social na Comissão, o Grupo Parlamentar do PS tinha ficado esclarecido sobre esta matéria, mas tendo em conta as notícias entretanto publicadas, o seu Grupo Parlamentar não se opõe a que esta Comissão solicite as informações requeridas. O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) concordou com o exposto pela Senhora Deputada e demonstrou preocupação pelas perdas do Fundo, referindo que o Grupo Parlamentar do PSD também concorda com a solicitação de mais informação ao Ministério.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), assumiu a presidência da reunião e submeteu a votação o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o qual foi aprovada por unanimidade.

No ponto oito da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente colocou à consideração dos presentes a calendarização da Audição conjunta com a 8ª Comissão sobre o processo de Bolonha e a atribuição de título profissional de engenheiro, tendo sido deliberado propor à 8ª Comissão, que a audição se realizasse no próximo dia 27, pelas 16h30.

No ponto nove da Ordem de Trabalhos, O Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão da nomeação de Relatores para os instrumentos de Direito Internacional, que tinham sido enviados à 11ª Comissão. A Comissão deliberou então nomear o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) para relatar a Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006, adoptada na 94.ª Conferência Internacional do Trabalho; a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) para relatar a Convenção n.º 187 e a Recomendação n.º 197 da Organização Internacional do Trabalho, relativas ao quadro promocional para a segurança e a saúde no trabalho; e o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para relatar a



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recomendação n.º 198 da Organização Internacional do Trabalho relativa à relação de trabalho.

Antes do próximo ponto da Ordem de Trabalho, o Senhor Presidente da Comissão informou que a reunião da semana seguinte se iniciaria às 15h.

De seguida, o Senhor Presidente passou para o décimo ponto da Ordem de Trabalhos, dando início, nos termos regimentais, à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 223/X (GOV), que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração de respectivo relatório de votação.

Antes do fim da reunião, o Senhor Presidente da Comissão solicitou a atenção dos presentes para o facto de ser norma nesta Comissão que os Senhores Deputados só podem assinar as folhas de presenças até ao fim da reunião. De facto, com excepção daquelas situações em que se tenham esquecido de assinar ou que tenham saído para estar presentes em Comissão, que decorra ao mesmo tempo, e não tenham assinado, após as folhas de presença serem visadas e trancadas já não é possível registar as respectivas presenças. Considerando esta prática acertada, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a sua manutenção para o futuro, o que foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Presidente dado indicações aos serviços de apoio à Comissão para assim se proceder.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa tomou a palavra para solicitar que os serviços de apoio à Comissão pudessem informar das datas das audições, já agendadas, de S. Exa. o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, bem como de S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) aproveitou para solicitar que fossem enviados os quadros relativos à pendência de petições e de iniciativas legislativas, devidamente actualizados.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu ainda que, tendo em conta o número crescente de pedidos de constituição de associações públicas profissionais, que se deveria adoptar como método solicitar ao respectivos Ministérios da Tutela informações sobre cada situação, o que mereceu a concordância da Comissão.

Finalmente, no que concerne à iniciativa sobre "O Idoso e a Família", o Senhor Presidente deu conta de que a 12ª Comissão estaria a organizar uma iniciativa semelhante, pelo que deveriam ser conjugados esforços e realizar uma iniciativa conjunta. Pelo que foi deliberado que a Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho desta Comissão para o efeito, Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), pudesse agendar uma reunião com o Grupo homólogo da outra Comissão afim de acertar a metodologia e a calendarização.

O Senhor Presidente da Comissão encerrou a reunião às dezasseis horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Janeiro de 2009.

**O PRESIDENTE,**

**Alberto Arons de Carvalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Alberto Arons de Carvalho  
Arménio Santos  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Fernando Antunes  
Isabel Coutinho  
Jorge Machado  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Miguel Santos  
Pedro Mota Soares  
Pedro Quartin Graça  
João Bernardo  
José Alberto Lourenço  
Maria Helena Rodrigues  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Costa Amorim  
Isabel Santos  
Jorge Strecht  
Maria Cidália Faustino